



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638664 - SP (2021/0001492-3)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : ERIKA ODACY FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO : ERIKA ODACY FERREIRA DE SOUZA - SP389898
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS SAMUEL DE FREITAS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS SAMUEL DE FREITAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500752-15.2018.8.26.0438).

O paciente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado pela prática do delito de tráfico de drogas.

A impetrante sustenta que o regime fechado fixado para início de desconto da reprimenda imposta ao paciente foi estabelecido com base na gravidade abstrata da conduta, devendo ser abrandado do modo prisional.

Evoca os enunciados das Súmulas n. 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal e Súmula 440 do Superior Tribunal de Justiça.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja fixado o modo prisional semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do voto do desembargador relator:

As singularidades do caso, que contou com apreensão de expressiva quantidade de droga, além de petrechos utilizados em seu acondicionamento, dentre eles faca com resquícios de maconha, atestados em laudo pericial, e de dinheiro, não justificam a contento, alinhadas aos coerentes depoimentos policiais e à situação econômica do réu, que sequer trouxe prova de ocupação lícita, estão a demonstrar

que fazia do tráfico seu ofício ou de que participava de organização criminosa. Não se exige grande esforço mental para se deduzir que pela quantidade de droga que mantinha em depósito, de expressivo valor econômico, gozava, o inculpado, da confiança de seu fornecedor, o que não se adquire em pouco espaço de tempo. Destarte, ficam estabilizadas, as penas, em 05 anos de reclusão e 500 dias-multa, no menor valor unitário.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente